

Dossier: Angola

As relações Portugal-Angola: visão económico-empresarial

Álvaro Teles

Quando a procura de parcerias estratégicas entre países é uma das características da nova realidade internacional, cabe a Portugal e a Angola tirar partido das sinergias existentes entre as duas sociedades. *“Lisboa deve ser a placa giratória da diplomacia de Luanda, numa base de convergência de interesses, liberta dos grupos de pressão mercantilista e de preconceitos ideológicos.”* José Patrício, antigo Embaixador de Angola em Lisboa, em entrevista ao Expresso, 1995.

A liberalização que vivemos, comprovada que está a inutilidade da tomada de medidas proteccionistas que procurem retardar o processo, cria nos países a necessidade crítica de encontrarem, com celeridade, os caminhos mais adequados ao seu fortalecimento e a promoverem, na sua sociedade, condições que permitam aos seus agentes ganhar capacidade competitiva, nos termos da nova realidade internacional, condição *sine qua non* para a manutenção da soberania nacional.

Os países com menos capacidade de reacção imediata, seja pela sua menor dimensão, seja pela fragilidade de algumas das suas estruturas, seja por dificuldades inerentes ao seu processo de desenvolvimento, só terão vantagens em recorrer ao estabelecimento de parcerias, pelas quais seja possível encontrar pontos de convergência, interesses políticos, económicos ou sociais comuns, complementaridades que, no interesse de ambos os parceiros, possam potenciar a sua capacidade competitiva e o seu posicionamento geo-estratégico e aumentar a sua capacidade de intervenção na cena internacional.

No entanto, pouco adiantarão os acordos e instrumentos que os Estados possam estabelecer, visando a criação de condições de aproximação entre os agentes dos dois países, se esses mesmos agentes não se entenderem, não compreenderem as suas culturas, não estiverem vocacionados para essa relação, não possuírem algumas sensibilidades comuns. É na interligação entre as sociedades dos potenciais países parceiros que está o trunfo destas parcerias. Com a redução da capacidade de intervenção dos Estados, é, cada vez mais, aos novos actores, nas diversas áreas e sectores, que competem as acções fundamentais deste processo.

É neste ponto fulcral, do papel fundamental que o entrosamento entre as sociedades e o entendimento entre os actores desempenham no fortalecimento de parcerias e no processo de desenvolvimento e internacionalização dos países, que se insere o tema das relações entre Portugal e Angola. De facto, o que muitos outros, com uma postura pragmática e prospectiva, procuram desenvolver, como condição do seu próprio fortalecimento externo, é, desde sempre, um dos factores mais fortes da relação entre Portugal e Angola. Factor que, diga-se em abono da verdade, tem sido olímpicamente ignorado por alguns que, aqui e ali, têm procurado pôr em causa as potencialidades das relações entre os dois países, dando, pelo menos aparentemente, mais valor a interesses menores ou de grupos do que aos interesses soberanos das sociedades dos dois países .

Angola e Portugal têm, em meu entender, condições absolutamente excepcionais para o estabelecimento de uma parceria estratégica, do maior alcance para os dois países, baseada no respeito mútuo e na defesa dos interesses dos dois parceiros, enquanto países independentes e com responsabilidades regionais e internacionais assumidas. Se for estruturada como uma aposta séria de desenvolvimento, atenta às novas oportunidades e ameaças que nos enquadram, adequada às exigências de liberalização e privatização que a realidade actual nos vai impondo, não deixará de retirar os imensos proveitos que resultam das complementaridades existentes, mas, acima de tudo, do relacionamento entre as suas sociedades.

Na realidade, apesar de todas as dificuldades de percurso e das situações nem sempre muito claras que têm caracterizado as relações bilaterais entre Angola e Portugal, sempre se manteve um imenso conjunto de relações entre pessoas e organizações, de ambos os países, de um valor inestimável. Na sociedade portuguesa continua a haver uma sensibilidade especial, que não deveremos ignorar, para com todos os assuntos que dizem respeito a Angola, seja por parte daqueles que de lá regressaram e conhecem e recordam bem o país, seja por parte de instituições que vão desenvolvendo acções de cooperação com instituições congéneres angolanas, seja por parte de grande número de empresas, sempre interessadas quando se fala de Angola, seja por parte da população em geral. É indiscutível o interesse, a vários níveis, que os assuntos relacionados com Angola sempre despertam.

Em Angola é bem conhecido o elevado número de pessoas que, tendo possibilidades para isso, mantêm os filhos a estudar em território português, fazem investimentos de longo prazo, preferencialmente em Portugal, deslocam-se periodicamente ao nosso país, onde

mantêm laços dos mais diversos - sociais, profissionais e económicos. Também aqui, penso ser pacífico afirmar-se do interesse com que a sociedade angolana segue os assuntos relacionados com Portugal São diversos os conhecimentos técnicos e científicos, sobre Angola, existentes em Portugal, alguns deles únicos e do maior valor.

É conhecida a capacidade dos portugueses para se relacionarem com outros povos e mesmo para se deslocarem e criarem novas raízes, promovendo projectos de qualidade e de inegável valor económico e social, factor determinante para a recriação do tecido económico e social nacional num país com a dimensão de Angola. É certo que a situação em Angola é difícil, tendo, ao longo das décadas, evoluído para uma situação extraordinariamente complexa, com formas e regras próprias de funcionamento, à qual a sociedade local se vai adaptando, já que dela depende, quase exclusivamente, para a sua própria sobrevivência. Quanto mais tempo passar e mais se rotinarem as regras de funcionamento desta sociedade de consumo informal, maiores serão as dificuldades e maior será o tempo necessário para a sua normalização.

As alterações que se têm vindo a verificar levam-nos, no entanto, a acreditar, como já o fizemos em 1992, que a paz veio para ficar e que o caminho da consolidação democrática e do desenvolvimento económico e social é irreversível. Estou convicto de que os agentes da sociedade civil dos dois países não deixarão de manter e, sempre que as condições o permitam, alargar, as relações bilaterais nas mais diversas áreas. Com mais celeridade e capacidade agora que vamos evoluindo para uma maior liberalização e para uma maior abertura à iniciativa privada. Mas será, seguramente, muito mais eficaz e vantajoso, para todos, se aqueles agentes poderem contar com a solidariedade política de governantes, atentos às realidades que nos rodeiam, preocupados em estabelecer as políticas de longo prazo que encaminhem o futuro dos seus países e verdadeiramente apostados no desenvolvimento sustentado e harmonioso das suas sociedades.